

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E
NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIO 2024**

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis	06
Balanço Patrimonial	06
Demonstração do Resultado do Exercício	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas	11
Contexto Operacional.....	11
Apresentação das Demonstrações.....	13
Políticas Contábeis	13
Caixa e Equivalente de Caixa.....	17
Direitos Realizáveis	18
Estoques	19
Imobilizado	20
Fornecedores	21
Obrigações com Empregados	21
Provisões.....	21
Contrato de Gestão a Pagar.....	22
Provisões e Contingências Passivas	22
Patrimônio Líquido.....	23
Receitas operacionais	23
Custos operacionais	24
Despesas operacionais	24
Resultado Financeiro Líquido	25

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Instituto Diva Alves Do Brasil
Cacimbinhas - AL

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Diva Alves Do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto Diva Alves Do Brasil em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro - ITG 2002 (R1).

Base para opinião com ressalvas

Ausência de controle individualizado do ativo imobilizado

Até a conclusão dos nossos trabalhos, a Entidade não nos apresentou o controle patrimonial individualizado dos bens registrados do seu ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria de maneira a emitirmos uma opinião sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e das respectivas despesas com depreciação registradas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ajustes de exercícios anteriores

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade reconheceu ajustes nos saldos patrimoniais referentes aos exercícios anteriores em decorrência da reconciliação de saldos e retificação de erros, tendo como contrapartida a conta de ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido. De acordo com as normas contábeis aplicáveis, tais ajustes deveriam ter sido apresentados de forma retrospectiva, modificando os saldos iniciais das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, os saldos iniciais dessas demonstrações contábeis não contemplam os efeitos dos ajustes realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº5.1 às demonstrações contábeis, chamamos atenção para o fato de que a Entidade mantém operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Entidade e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas, devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por nós, que emitimos relatório datado de 11 de agosto de 2025 e expressamos opinião com ressalvas sobre: (i) Não acompanhamento do inventário físico dos estoques; (ii) ausência do controle individualizado sobre os itens do ativo imobilizado e (iii) Ausência de provisão para Perdas Estimadas sobre Crédito de Liquidação Duvidosa.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió, 29 de outubro de 2025.

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

		(Valores expressos em reais)	
	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.040.625	4.932.588
Caixa	4	10.701	8.016
Bancos Conta Movimento		362.439	27.616
Aplicações Financeiras		667.485	4.896.956
Clientes e Outros Recebíveis	5		
Convênios a Receber		21.085.450	15.938.976
(-) Provisão para Perdas Estimadas sobre Crédito de Liquidação Duvidosa		(10.917.227)	(1.421.979)
Adiantamentos		74.986	292.631
Depósitos Judiciais		-	77.689
Bloqueios Judiciais		5.146.991	5.619.884
Impostos a compensar		112.782	112.782
Estoque	6	463.747	453.517
Partes relacionadas	5.1	5.558.780	-
		21.525.509	21.073.500
Total Ativo Circulante		22.566.134	26.006.088
Imobilizado			
	7		
Bens em Uso		2.436.951	2.001.030
(-) Depreciação Acumulada		(1.029.935)	(945.315)
		1.407.016	1.055.715
Total Ativo Não Circulante		1.407.016	1.055.715
Total do Ativo		23.973.150	27.061.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	2.308.958	6.153.865
Obrigações Fiscais e Sociais		810.293	600.569
Obrigações com Empregados	9	1.752.252	1.004.618
Provisões Trabalhistas	10	2.265.011	1.929.674
Contrato de gestão	11	7.342.467	7.513.686
		<u>14.478.981</u>	<u>17.202.412</u>
Total Passivo Circulante		<u>14.478.981</u>	<u>17.202.412</u>
Não Circulante			
Provisões Judiciais	12	5.986.512	8.090.209
Parcelamento		-	8.160
		<u>5.986.512</u>	<u>8.098.369</u>
Patrimônio Líquido			
	13		
Patrimônio Social		1.761.022	2.943.174
Ajuste de Exercícios Anteriores		4.891.359	-
Déficit Acumulados		(3.144.724)	(1.182.152)
		<u>3.507.657</u>	<u>1.761.022</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>23.973.150</u>	<u>27.061.803</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	Nota	SAÚDE		CONSOLIDADO	
		Serviços Gratuitos	Contrato de Gestão	2024	2023
Receita Bruta		5.838.723	80.994.634	86.833.357	65.316.137
Receita Bruta Atividade Saúde		5.838.723	80.994.634	86.833.357	65.316.137
Contratos de Gestão	14.1	-	73.614.713	73.614.713	62.140.414
SUS		-	1.972.705	1.972.705	-
Operadoras de Convênios		-	5.373.703	5.373.703	-
Doações sem restrição		-	33.513	33.513	83.975
Gratuidades	14.2	631.192	-	631.192	339.977
Benefícios Fiscais	14.3	5.207.531	-	5.207.531	2.751.771
Receita Líquida		5.838.723	80.994.634	86.833.357	65.316.137
Custos Dos Serviços e Atividades	15	-	(36.110.075)	(36.110.075)	(33.399.736)
Gratuidades Concedidas		-	(36.110.075)	(36.110.075)	(33.399.736)
Custo com Pessoal e encargos		-	(27.536.356)	(27.536.356)	(23.477.849)
Custo com Alimentação		-	(3.132.049)	(3.132.049)	(4.628.595)
Custo com Materiais e Medicamentos		-	(5.441.670)	(5.441.670)	(5.293.292)
Superávit/Déficit Bruto		5.838.723	44.884.559	50.723.282	31.916.401
Despesas Operacionais	16	(5.840.851)	(48.459.976)	(54.300.827)	(34.025.438)
Administrativas		(5.840.851)	(48.459.976)	(54.300.827)	(34.025.438)
Despesas Administrativas		-	(15.378.913)	(15.378.913)	(1.158.045)
Despesas com Manutenções		-	(782.561)	(782.561)	(656.139)
Despesas com Terceiros		-	(32.298.502)	(32.298.502)	(29.165.532)
Despesas com gratuidades	16.1	(631.192)	-	(631.192)	(339.977)
Despesas benefícios fiscais	16.2	(5.209.659)	-	(5.209.659)	(2.705.745)
Superávit/Déficit Antes Do Resultado Financeiro		(2.128)	(3.575.417)	(3.577.545)	(2.109.037)
Receita (Despesa) Financeira	17	-	432.821	432.821	926.885
Receitas Financeiras		-	543.315	543.315	1.068.897
Despesas Financeiras		-	(110.494)	(110.494)	(142.012)
Superávit/Déficit Líquido Do Período		(2.128)	(3.142.596)	(3.144.724)	(1.182.152)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	243.991	-	1.612.582	1.856.573
Ajuste entre contas	1.086.601	-	-	1.086.601
Transferido para Patrimônio Social	1.612.582	-	(1.612.582)	-
Déficit em 2023	-	-	(1.182.152)	(1.182.152)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.943.174	-	(1.182.152)	1.761.022
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	4.891.359	-	4.891.359
Transferido para Patrimônio Social	(1.182.152)	-	1.182.152	-
Déficit em 2024	-	-	(3.144.724)	(3.144.724)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.761.022	4.891.359	(3.144.724)	3.507.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em reais)

	2024	2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit/Déficit Líquido Do Período	(3.144.724)	(1.182.152)
Depreciação e Amortizações	84.620	139.664
Aumento nas Provisões Judiciais de Longo Prazo	(2.103.697)	288.807
Ajuste de Provisão para Cred.Duvidosa	9.495.248	1.421.979
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.891.359	(1.086.601)
Superávit/Déficit Ajustado	9.222.806	(418.303)
Variações Ativos Operacionais De Curto	(4.388.476)	5.446.955
Convênios a Receber (Contratos de Gestão)	(5.146.475)	6.176.381
Adiantamentos	217.645	(257.433)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	550.583	(3.372.448)
Estoques	(10.229)	504.841
Transferências com Partes Relacionadas (Circulante)	-	2.395.630
Impostos a compensar	-	(16)
Variações Passivos Operacionais De Curto	(2.723.431)	(554.743)
Fornecedores	(3.844.906)	(4.372.880)
Obrigações com Empregados	747.634	(539.373)
Obrigações Fiscais E Sociais	209.723	(10.059)
Provisões Trabalhistas	335.337	282.884
Contratos de Gestão	(171.219)	6.211.433
Outras Obrigações a Pagar	-	(2.126.748)
Variações Passivos Operacionais De Longo Prazo	(8.160)	(6.332.527)
Obrigações Tributárias	(8.160)	(26.357)
Outras Obrigações a Pagar	-	(807.814)
Provisões Judiciais	-	(5.498.356)
Fluxo De Caixa Gerado/Consumido Nas Atividades Operacionais	(7.120.067)	(1.440.315)
Fluxo De Caixa Das Atividades De Investimentos		
Baixas/Ajustes e Transferências de Imobilizado	-	270.832
Aquisição / Compra	(435.921)	(129.404)
Transferências com pessoas ligadas	(5.558.780)	-
Fluxo De Caixa Gerado/Consumido Nas Atividades De Investimentos	(5.994.701)	141.428
Varição De Caixa E Equivalentes De Caixa	(3.891.962)	(1.717.190)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	4.932.588	6.649.778
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.040.625	4.932.588
Varição Ocorrida No Período	(3.891.962)	(1.717.190)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL - IDAB

CNPJ nº 12.955.134/0001-45

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O **INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL – IDAB** - é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação sem fins econômicos nem lucrativos, de caráter social, com sede social e foro no povoado de Timbaúba, Município de Cacimbinhas, Estado de Alagoas, desenvolve suas atividades contando com uma equipe multidisciplinar sempre visando levar as melhores práticas da assistência a comunidade carente e apoio ao cidadão.

Tem como visão buscar soluções para oferecer um atendimento humanizado e a máxima qualidade em todos os serviços prestados para a comunidade cercania, pautando suas ações no respeito, ética e na valorização aos profissionais e ao cidadão, tornando-se uma instituição nacionalmente reconhecida pelo atendimento humanizado em seus serviços.

O IDAB tem por finalidade social assistência social, defesa dos direitos sociais, saúde, educação, cultura, pesquisa científica, agricultura e administração. Para consecução de sua finalidade possui como objetivos:

I. Prestar serviços na área de saúde em todos os níveis definidos pelo Sistema Único de Saúde –SUS, proporcionando aos usuários o acesso e a assistência integral à saúde considerando os diferentes níveis de complexidade de atendimento a nível hospitalar, ambulatorial, diagnósticos por exames em geral e pronto atendimento em urgência e emergência;

II. Promover gratuitamente seu objeto social, nos estritos termos da lei;

III. Elaborar, promover, executar, contratar, conveniar e apoiar projetos, programas, planos de ação e prestação de serviços gratuitos, permanentes ou eventuais, necessários a consecução de sua finalidade social;

IV. Promover o estabelecimento de intercâmbios, produção de pesquisas e publicações, realização de eventos, reuniões, círculos de estudos, conferências, debates, cursos e palestras, seminários e outros afins, visando a divulgação de resultados observados em seus projetos;

V. Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades previstas em seu objeto social;

- VI. Prestar serviços de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e órgãos do setor público que atuem em áreas afins;
- VII. Promover parcerias, convênios e contratos com instituições governamentais e não governamentais, federais, estaduais e municipais, nacionais ou internacionais;
- VIII. Manter publicações técnicas especializadas, sobre trabalhos e assuntos relativos às suas atividades;
- IX. Elaborar e executar programas de gestão ao seu objeto social;
- X. Promover a humanização, recuperação, inclusão social, capacitação e formação, relativas a ações e serviços, nos termos da lei e de seu objeto social;
- XI. Desenvolver e executar projetos que visem o auxílio e a inclusão social;
- XII. Criar programas de ensino, pesquisa, estágio e formação acadêmica em parceria com universidades, escolas técnicas e profissionalizantes, presencial ou a distância;
- XIII. Implantar medidas e padrões de qualidade nas áreas de seu objeto social para gerar processos de gestão a serem desenvolvidos;
- XIV. Promoção de administração dos bens, móveis ou imóveis, públicos ou privados, inseridos nos projetos a serem desenvolvidos, responsabilizando-se pela segurança patrimonial, higiene e limpeza, bem como executando obras de manutenção e ampliação dos ambientes de desenvolvimento do projeto, de forma direta ou terceirizada;
- XV. Criar filiais por todo território nacional, com organização própria à execução de suas finalidades, ou administrar mediante convênio, contrato, termos de cooperação ou outros instrumentos jurídicos, pela forma conveniente, com pessoas físicas e jurídicas, entidades privadas e públicas nacionais e estrangeiras, bem como promover parcerias e intercâmbio entre o IDAB e outras empresas e destas com o terceiro setor (organizações não governamentais, OSCIP, entidades filantrópicas e agências multilaterais) e poderes públicos, facilitando a convergência de iniciativas locais, nacionais e internacionais no planejamento e execução de projetos nas áreas de saúde, sanitária e de sustentabilidade com vistas ao desenvolvimento das atividades do IDAB;
- XVI. Promover o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar e agroecológico, da sustentabilidade, da segurança alimentar e nutricional, e sistemas alternativos de produção de origem animal;
- XVII. Colaborar com instituições nacionais ou internacionais que tenham propósitos afins;

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Entidade mantinha contrato de gestão com o poder público, para administrar as seguintes Unidades de Pronto Atendimento – UPA:

UPA	CIDADE	ESTADO
HOSPITAL SÃO LUCAS	JUAZEIRO DO NORTE	CEARÁ
UPA LIMOEIRO	JUAZEIRO DO NORTE	CEARÁ
MIRACATU	MIRACATU	SÃO PAULO
LAGOA DO OURO	LAGOA DO OURO	PERNAMBUCO
UPA SEROPÉDICA	RIO DE JANEIRO	RIO DE JANEIRO

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotados no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, de acordo com a ITG 2002 – Contabilidade para entidade sem finalidade de lucros, e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros, e, quando aplicável, a legislação societária vigente (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09).

As demonstrações financeiras do **INSTITUTO DIVA ALVES DO BRASIL – IDAB** foram aprovadas e autorizadas para divulgação, pelo seu Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em 08 de agosto de 2025.

NOTA 03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As operações foram contabilizadas com base nas práticas consubstanciadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), inclusive suas alterações, especialmente no que tange a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucro, dentre as quais se destacam:

a) Moeda funcional e apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), salvo quando de outra forma mencionado, que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade e, quando existentes, operações em moedas estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional.

b) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas, despesas e custos são reconhecidos com base no regime de competência e com o previsto na ITG 2002 – Contabilidade para entidade sem finalidade de lucros.

c) Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa estão apresentados por disponibilidades em moeda nacional, contas bancárias e por aplicações financeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias.

d) Aplicações financeiras de liquidez imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício.

e) Instrumentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Entidade não realizou transações ou manteve operações envolvendo instrumentos derivativos financeiros.

f) Direitos e obrigações

Os direitos estão registrados nas demonstrações financeiras pelos valores de realização na data base sob análise. As obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidade.

g) Direitos realizáveis

Consistem em valores a receber, recuperar e compensar, no decorrer das atividades normais da Entidade. São classificados como ativo circulante, aqueles com vencimentos que não ultrapassam 12 meses após a data do balanço, enquanto são apresentadas no ativo não circulante aqueles que ultrapassam 12 meses após a data do balanço.

h) Contrato de gestão a receber

Nesse grupo estão apresentados os valores a receber dos contratos gestão formados juntos a administração pública para gestão de Unidades de Pronto Atendimento - UPA, e estão registrados e apresentados pelo valor nominal dos créditos junto a administração pública.

i) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam o valor de mercado.

j) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da administração das entidades o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

k) Demais ativos circulantes

Os demais ativos estão apresentados ao valor de custo ou de realização.

l) Imobilizado

O ativo imobilizado em uso é reconhecido e mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação calculada utilizando o método linear, e classes de ativos, com base nas taxas definidas pela legislação fiscal, conforme tabela a seguir:

<u>Categoria de Ativos</u>	<u>Taxas Anuais Fiscais</u>
Edifícios	4%
Móveis e Utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Instalações	4%
Veículos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%

Gastos com manutenção e reparos dos itens do ativo imobilizado são diretamente reconhecidos como despesa do exercício, uma vez que não é provável que estes gastos venham adicionar novas expectativas de fluxos de benefícios econômicos futuros relativos ao imobilizado.

m) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Entidade não realizou a avaliação patrimonial por profissionais ou empresa devidamente habilitado, que consiste na realização da adequação dos valores contábeis das imobilizações recuperáveis, por meio do *Impairment Test*, por ter avaliado e concluído que, não houve necessidade desta avaliação no exercício findo naquela data.

n) Fornecedores

A Entidade demonstra todos os fornecedores em conta contábil analítica, e são apresentados pelo custo histórico.

o) Obrigações com férias e 13º salário

Correspondem aos valores de férias, 13º salário e as obrigações com encargos sociais dessas verbas trabalhistas.

p) Provisões e Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pela NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, sendo:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivos Contingentes:** de acordo com a NBC TG 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- ✓ **Obrigações Legais:** provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação real ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

r) Tributação

A Entidade é uma entidade sem fins lucrativos e quando tributada observa a legislação tributária vigente.

s) Resultado Financeiro

As receitas financeiras são representadas por juros de aplicações financeiras, enquanto as despesas financeiras se referem a juros, atualizações monetárias, multas e despesas bancárias.

t) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada em consonância com NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

u) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A Administração da Entidade entende que não houve evento subsequente que requeresse ajuste ou divulgação para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

v) Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Entidade de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Entidade está operando e continuará em operação num futuro previsível e de que não é pretendido que a Entidade seja liquidada ou venha a interromper suas atividades.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e equivalente de caixa da Entidade é representado por:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	10.701	8.016
Banco C/Movimento	362.439	27.616
Aplicações Financeiras	667.485	4.896.956
	<u>1.040.625</u>	<u>4.932.588</u>

NOTA 05 - DIREITOS REALIZÁVEIS

Trata-se de valores a receber de contrato de gestão, adiantamentos, impostos a recuperar e compensar, conforme composto a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contrato de Gestão a Receber	10.168.223	14.516.997
Adiantamentos	74.986	292.631
Tributos a Compensar	112.782	112.782
Bloqueios e depósitos judiciais	5.146.991	5.697.573
	<u>15.502.982</u>	<u>20.619.983</u>

NOTA 5.1 – PARTES RELACIONADAS

a) Entendimento parte relacionada

Conforme estabelece o CPC 05, uma parte relacionada é qualquer pessoa ou entidade com a capacidade de exercer influência significativa sobre a empresa, incluindo administradores, acionistas, e outras entidades do mesmo grupo econômico, além de pessoas-chave da administração. O objetivo é garantir a transparência financeira.

I) Finalidade e Legitimidade das Contas Espelhos

Com o intuito de aprimorar o controle financeiro e viabilizar a aplicação eficiente dos recursos públicos, o IDAB adotou o uso de contas bancárias espelhos, vinculadas às contas de custeios e repasses.

Tal procedimento tem finalidade estritamente técnica e legítima, amplamente reconhecida como boa prática de governança financeira no âmbito de contratos de gestão pública com Organizações Sociais.

As contas espelhos foram abertas exclusivamente para realização de aplicações financeiras no exercício de 2024s, em instrumentos autorizados por lei, como fundos de curto prazo e operações lastreadas em títulos públicos, observando integralmente os princípios da legalidade, economicidade e transparência.

II) Controle, Transparência e Prestação de Contas

Os valores movimentados entre as contas principais e suas respectivas contas espelhos são registrados de forma segregada e controlada, com conciliação bancária e contabilização detalhada, garantindo total rastreabilidade dos recursos e dos rendimentos conforme demonstrações financeiras.

Todas as movimentações possuem liquidez diária, são temporárias e reversíveis, sem qualquer prejuízo ao controle da origem e da destinação dos valores, permanecendo integralmente disponíveis para o cumprimento das metas contratuais.

Entretanto, não há impedimento contratual ou legal para a utilização da conta espelho; todas as operações financeiras foram realizadas com transparência, regularidade e rastreabilidade; os rendimentos obtidos foram e são integralmente revertidos ao objeto do contrato, em conformidade com o princípio da economicidade; a prática adotada fortalece a boa gestão financeira e não representa qualquer irregularidade ou desvio de finalidade.

Estas operações se demonstram benéficas aos contratos e à organização, que por seu cunho social, não possuem recursos próprios para cobertura orçamentária de despesas de pequeno porte, tais como tarifas bancárias entre outras.

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Contempla na remuneração dos membros da diretoria executiva salários e benefícios. Sendo estes em 2024 o montante R\$ 155.135 (R\$ 62.381 em 2023).

c) Principais saldos e transações:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 relativas às transações com partes relacionadas são:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
P T PINTO DIVA ALVES DO BRASIL	5.558.780	-
	5.558.780	-

NOTA 06 - ESTOQUES

O quadro a seguir, retrata os estoques de terceiros (UPAs) em poder da Entidade em 31 de dezembro de 2024:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Material de Expediente	11.870	12.001
Material de Limpeza	22.209	27.688
Material de Segurança	-	205
Material de Manutenção	-	96
Material Médico Hospitalar	167.456	191.939
Medicamentos	257.750	216.898
Alimentos	4.462	4.690
	463.747	453.517

NOTA 07 - IMOBILIZADO

Esses ativos são reconhecidos e mensurados pelo seu custo histórico, deduzidos da depreciação calculada utilizando o método linear com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998 e alterações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os saldos deste subgrupo contábil estavam assim representados:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo:				
Terrenos	330.256	-	-	330.256
Edifícios	120.112	-	-	120.112
Instrumental Cirúrgico	1.262	20.049	-	21.311
Computadores e Periféricos	16.265	3.667	-	19.932
Equipamentos Eletrônicos	260.702	59.647	-	320.349
Máquinas e Equipamentos	796.351	61.234	-	857.585
Móveis e Utensílios	357.196	42.954	-	400.150
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	232.348	-	232.348
Veículos	50.000	-	-	50.000
Instalações	-	16.022	-	16.022
Benfeitorias	68.886	-	-	68.886
Total custo	2.001.030	435.921		2.436.951
Depreciação:				
Edifícios	(56.853)	(4.804)	-	(61.657)
Instrumental Cirúrgico	(84)	(2.185)	-	(2.269)
Instalações	-	(1.068)	-	(1.068)
Computadores e Periféricos	(5.543)	(4.153)	-	(9.695)
Equipamentos Eletrônicos	(109.644)	(35.762)	-	(145.406)
Máquinas e Equipamentos	(542.843)	(10.747)	762	(552.828)
Móveis e Utensílios	(146.744)	(13.441)	-	(160.185)
Veículos	(50.000)	-	-	(50.000)
Benfeitorias	(33.604)	(13.222)	-	(46.827)
Total depreciação	(945.315)	(85.382)	762	(1.029.935)
Total do imobilizado	1.055.715	350.539	762	1.407.016

NOTA 08 - FORNECEDORES: CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

O saldo dessa conta se refere a obrigações junto a fornecedores de produtos, materiais e/ou serviços, como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	2.308.958	6.153.865
	<u>2.308.958</u>	<u>6.153.865</u>

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Refere-se as obrigações com pessoal e cujo saldo é composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários e Ordenados	1.528.443	934.630
Rescisões	145.103	52.007
Pensão Alimentícia	541	-
Autônomos	47.488	9.602
Pró-Labore	30.677	8.379
	<u>1.752.252</u>	<u>1.004.618</u>

NOTA 10 - PROVISÕES

O saldo apresentado nesse subgrupo contábil se refere as obrigações com férias, 13º salário e respectivos encargos, e que é assim apresentado:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão De Férias	2.097.253	1.786.739
Provisão FGTS S/ Férias	167.758	142.935
	<u>2.265.011</u>	<u>1.929.674</u>

Provisão de 13º Salários e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados com 13º salário e respectivos encargos, baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

Provisão de Férias e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados com férias e respectivos encargos até a data do balanço.

NOTA 11 - CONTRATOS DE GESTÃO A PAGAR

O saldo desse subgrupo se refere a recursos públicos de contratos de gestão em execução, referentes as UPAs que são administradas pela Entidade, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Hospital São Lucas - CE	1.930.148	2.631.693
UPA Limoeiro - CE	2.265.717	3.924.005
Micaratu - SP	597.556	597.099
UPA- Seropédica	1.224.903	-
Lagoa do Ouro - PE	1.324.143	360.889
	<u>7.342.467</u>	<u>7.513.686</u>

NOTA 12 - PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Entidade com base em posição dos assessores jurídicos, entende que em 31 de dezembro de 2024, havia provisões com base no CPC 25, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
UPA Botafogo - RJ	587.693	1.250.452
UPA Copacabana - RJ	213.875	436.103
Hospital Anchieta	1.204.178	2.718.549
UPA Duque de Caxias - RJ	1.115.767	442.953
UPA Duque de Caxias II - RJ	72.794	42.000
UPA Jacarepaguá - RJ	263.400	470.315
Hospital São Lucas - CE	2.146.631	1.260.245
UPA Limoeiro	301	-
UPA Queimados	331.123	89.124
UPA Magé	50.750	41.130
UPA Palmares dos Índios	-	1.339.338
	<u>5.986.512</u>	<u>8.090.209</u>

a) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, o IDAB não é parte em processos com risco de perda possível.

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Patrimônio social

O patrimônio social representa o superávit/déficit acumulado do Instituto no decorrer das suas atividades.

O superávit ou déficit sem restrição é composto pelo resultado positivo ou negativo entre a origem e aplicação dos recursos, os quais não possuem uma destinação específica, porém são alinhados com os objetivos sociais do Instituto.

O valor do superávit apurado no exercício será incorporado ao patrimônio social, conforme ITG 2002 (R1) "Entidade sem Finalidade de Lucros". O Instituto apresentou Déficit no montante de R\$ 3.144.724 em 31 de dezembro de 2024 (Déficit de R\$ 1.182.152 em 31 de dezembro 2023).

NOTA 14 - RECEITAS OPERACIONAIS

14.1 Receitas Contrato de Gestão

Receitas de contrato de gestão é um acordo firmado entre o poder público e uma organização social (OS) do terceiro setor para a execução de atividades em áreas de atuação específicas, estabelecendo uma parceria para que a OS auxilie na gestão do serviço público.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	80.994.634	62.224.389
Contratos de Gestão	73.614.713	62.140.414
SUS	1.972.705	-
Operadoras de Convênios	5.373.703	-
Doações sem restrição	33.513	83.975

14.2 Receita Gratuidade

No exercício de 2024, a unidade realizou atividades específicas sem cobrança direta do poder público ou dos beneficiários, caracterizando-se como ato de gratuidade. Tal prática está alinhada ao caráter social da entidade e representa o cumprimento de sua finalidade institucional em benefício da coletividade.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
	631.192	339.977
Gratuidades	631.192	339.977

14.3 Benefícios fiscais

Os benefícios fiscais têm como finalidade fomentar atividades de interesse público, por meio de incentivos tributários concedidos às organizações sem fins lucrativos. É preciso registrar o benefício fiscal como receita e como redução de despesa, dependendo da sua natureza, e sempre de acordo com as normas contábeis aplicáveis, como a NBC TG 2002 (R1).

Durante o exercício de 2024, a instituição usufruiu da isenção das contribuições de **INSS Patronal**, benefício previsto na legislação tributária aplicável ao setor.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Benefícios Fiscais	<u>5.207.531</u>	<u>2.751.771</u>
	5.207.531	2.751.771

NOTA 15 - CUSTOS OPERACIONAIS

Os **custos operacionais** compreendem despesas essenciais, tais como materiais, pessoal e alimentação, necessárias à manutenção das atividades de uma organização sem fins lucrativos. Esses custos asseguram a transparência na gestão, o cumprimento dos requisitos legais de prestação de contas e a aplicação integral dos recursos nas finalidades sociais da instituição.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custos com materiais	(5.441.670)	(5.293.292)
Custo com pessoal e encargos	(27.536.355)	(23.477.849)
Custo com alimentação	(3.132.050)	(4.628.595)
	<u>(36.110.075)</u>	<u>(33.399.736)</u>

NOTA 16 - DESPESAS OPERACIONAIS

Durante o exercício de 2024, a instituição realizou gastos operacionais diretamente ligados as suas atividades-fim, considerados essenciais para continuidade de seu funcionamento.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Administrativos	(15.378.912)	(1.158.045)
Serviços de Terceiros	(32.298.502)	(29.165.532)
Manutenção	(782.562)	(656.139)
	<u>(48.459.976)</u>	<u>(30.979.716)</u>

16.1 Despesas gratuidades

As **despesas com gratuidade** correspondem aos custos incorridos por entidades sem fins lucrativos na oferta de bens e serviços de forma gratuita. Tais despesas devem ser reconhecidas e evidenciadas de maneira específica, segregadas das demais contas, em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a **ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros**.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas com gratuidade	<u>(631.192)</u>	<u>(339.977)</u>
	(631.192)	(339.977)

16.2 Despesas Benefícios fiscais

Durante o exercício de 2024, a instituição usufruiu de isenções fiscais. As despesas correspondentes aos valores que deixaram de ser pagos em decorrência desses benefícios também foram devidamente registradas, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas benefícios fiscais	<u>(5.209.659)</u>	<u>(2.705.745)</u>
	(5.209.659)	(2.705.745)

NOTA 17 - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro representa o confronto das receitas e despesas financeiras da Entidade, que estavam assim representadas em 31 de dezembro de 2024:

Receitas financeiras	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas Financeiras	543.315	1.068.897
Total das receitas financeiras	<u>543.315</u>	<u>1.068.897</u>
Despesas financeiras	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas financeiras	(110.494)	(142.012)
Total das despesas financeiras	<u>(110.494)</u>	<u>(142.012)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>432.821</u>	<u>926.885</u>

Radjalma Lucena Amorim Jr.
 Contador – CRC/AL 006322-03
 CPF 054.848.814-20

Henrique Ferreira da Costa Gomes
 Presidente
 CPF 073.620.634-58